

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

MARCOS PAULO DE OLIVEIRA PEQUENO

O USO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA MODALIDADE ORAL: Uma reflexão sobre
a língua de instrução nas aulas do curso de Letras Libras - UFAM

MANAUS
2023

MARCOS PAULO DE OLIVEIRA PEQUENO

**O USO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA MODALIDADE ORAL: Uma reflexão
sobre a língua de instrução nas aulas do curso de Letras Libras - UFAM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras Libras como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras Libras.

ELIZANDRA DE LIMA SILVA BASTOS

MANAUS
2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P425u Pequeno, Marcos Paulo de Oliveira
O uso da língua portuguesa na modalidade oral : uma reflexão sobre a língua de instrução nas aulas do curso de Letras Libras - UFAM / Marcos Paulo de Oliveira Pequeno . 2023
31 f.: 31 cm.

Orientadora: Elizandra de Lima Silva Bastos
TCC de Graduação (Letras - Língua Brasileira de Sinais/LIBRAS)
- Universidade Federal do Amazonas.

1. Letras Libras. 2. Língua de Instrução. 3. Língua de Interação. 4. Português Oral. I. Bastos, Elizandra de Lima Silva. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

MARCOS PAULO DE OLIVEIRA PEQUENO

**O USO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA MODALIDADE ORAL: Uma reflexão
sobre a língua de instrução nas aulas do curso de Letras Libras - UFAM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras Libras como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras Libras.

Aprovado em 17 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Ma. Elizandra de Lima Silva Bastos - Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof.º Me. Leonardo Pessoa da Costa - Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof.º Ma. Vanessa Nascimento dos Santos de Oliveira - Membro
Universidade Federal do Amazonas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
FACULDADE DE LETRAS - FLet
CURSO DE LETRAS LIBRAS - CLL

**O USO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA MODALIDADE ORAL: Uma reflexão
sobre a língua de instrução nas aulas do curso de Letras Libras - UFAM**

Marcos Paulo de Oliveira Pequeno - UFAM - marcospaulo.oliveira174@gmail.com

Elizandra de Lima Silva Bastos - UFAM - elizandrabastos@ufam.edu.br

RESUMO

O curso de Letras Libras surge no intuito de atender as necessidades de ensino-aprendizagem do sujeito surdo. Com isto em mente, é necessário refletir sobre a formação dos profissionais que irão atuar nas salas de aula como professores, quer seja para o ensino da língua como primeira língua ou como língua adicional. Esta pesquisa tem como objetivo geral refletir quanto ao uso da língua portuguesa em sua modalidade oral nos espaços de sala de aula do curso de Letras Libras - UFAM. Os objetivos específicos são identificar as razões que levam o corpo docente do curso a usar este recurso e verificar o Projeto Político Pedagógico do Curso quanto ao tema de língua de instrução. O aporte teórico foi embasado em Quadros, Cerny, Pereira (2008), Albres (2014), Carmo (2022), Santiago, Andrade (2013) e Santos (2018). Sobre o PPC, a pesquisa foi fundamentada em UFAM (2014). A pesquisa tem caráter qualitativo e teve como referencial metodológico pesquisa documental e pesquisa de campo. Utilizou-se Bardin (2016) para os procedimentos de análise dos dados. Entrevistou-se 6 docentes no atual exercício do curso de Letras Libras. Os resultados apontaram que o uso da língua portuguesa como estratégia de ensino-aprendizagem é dependente de muitos fatores alheios ao controle do docente. Como contribuição, sugere-se que o PPC sofra revisão, recomendando a Libras como língua de instrução e interação.

Palavras-chave: Letras Libras. Língua de Instrução. Língua de Interação. Português Oral.

ABSTRACT

The Letras Libras faculty appears in order to meet the teaching-learning needs of the deaf people. With this in mind, it is necessary to reflect on the training of professionals who will work in classrooms as teachers, whether teaching the language as a first language or as an additional language. This research has the general objective of reflecting on the use of the Portuguese language in its oral modality in the classroom spaces of the Letras Libras course - UFAM. The specific objectives are to identify the reasons that lead the faculty of the course to use this resource and to verify the Political Pedagogical Project of the Course regarding the topic of language of instruction. The theoretical contribution was based on Quadros, Cerny, Pereira (2008), Albres (2014), Carmo (2022), Santiago, Andrade (2013) and Santos (2018). About the PPC, the research was based on UFAM (2014). The research has a qualitative character and had documental research and field research as methodological reference. Bardin (2016) was used for data analysis procedures. Six professors, currently acting in the Letras Libras college, were interviewed. The results showed that the use of the Portuguese language as a teaching-learning strategy is dependent on many factors outside the teacher's control. As a contribution, it is suggested that the PPC be revised, recommending Libras as instruction and interaction language.

Keywords: Instruction Language. Interaction Language. Letras Libras. Spoken Portuguese.

RESUMO EM LIBRAS



https://youtu.be/V3yGVPDw9_A

1 INTRODUÇÃO

O curso de Letras Libras surge após a concretização de ações que visam atender as necessidades de ensino-aprendizagem do sujeito surdo. Com isto em mente, faz-se preciso refletir sobre a formação dos profissionais que estão chegando nas salas de aula para atuar como professores, quer seja para o ensino da língua como L1 ou como língua adicional.

Minha primeira entrada num curso de graduação foi no ano de 2014 em um curso de licenciatura, na Universidade Federal do Amazonas. Como previsto no decreto 5.626 os cursos de licenciatura, pedagogia e fonoaudiologia ofertam a disciplina de Libras, sendo este meu primeiro contato com a língua. Em 2018, ainda cursando a minha primeira graduação, resolvi realizar o vestibular próprio para ingresso do curso de Letras Libras, o PSeLib. Após a aprovação, abduco da minha vaga anterior, para começar meus estudos no curso de Letras Libras em 2019.

Conforme ia avançando nas disciplinas do curso, passando pelas áreas pedagógicas e linguísticas, sempre observei o ambiente de sala de aula em que estava inserido, e algo que sempre estive atento era como o conteúdo das aulas chegavam até nós, os estudantes, além de como a interação e comunicação, dentro de sala de aula, ocorria, pois minha turma é contemplada tanto por discentes ouvintes como também surdos, e esta diversidade, tanto cultural quanto de língua, me chamou a atenção, em como o docente presente lidava com isso.

Salientando que no ano de 2020, o mundo sofreu por conta de uma pandemia, e a solução acatada, no contexto educacional, foi a de migração para o ambiente virtual, o que ocasionou aulas à distância, e por conta de falhas tecnológicas, como queda de internet, falta de energia elétrica e etc, que não se havia controle, transtornos eram inevitáveis.

Vivenciando estes dois extremos na educação superior, percebi que a língua majoritária brasileira, a língua portuguesa, em sua modalidade oral acabava, por muitas vezes, permeando o espaço de sala de aula, tanto pelos docentes, quanto pelo grupo de discentes ouvintes. O que me fez refletir sobre qual é língua que deveria se sobressair, neste contexto de aulas de um curso de Letras Libras.

É importante ter ciência que todo esse processo de inclusão da Libras, nos ambientes formais de ensino, é oriundo de lutas e movimentos advindos da

necessidade que a comunidade surda teve de ter sua língua valorizada e respeitada, resultando em políticas linguísticas e políticas públicas.

Este trabalho é norteado pela pergunta: qual a razão que leva a necessidade de intervenção da língua portuguesa na modalidade oral durante as aulas do curso de Letras Libras da UFAM? Para atingir possíveis respostas a essa questão tem-se como objetivo refletir sobre os possíveis ganhos e perdas do uso deste recurso durante as aulas, levando em conta as perspectivas e experiências do corpo docente atualmente atuante, coletadas por entrevistas, acerca do tema.

Este trabalho é contemplado por referencial teórico, a metodologia usada na pesquisa, a análise de conteúdo dos dados retirados por meio de entrevistas, as considerações finais e, por último, as referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica está organizada em duas partes. Na primeira parte trata da documentação central do curso de Letras Libras - UFAM. Na segunda parte trata das especificidades da língua.

2.1 O curso de Letras Libras - UFAM

O curso de Letras Libras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), campus Manaus, surgiu como resultado de várias ações em prol da formação de professores bilíngues, surdos e ouvintes, com o objetivo de atender a comunidade surda.

Com o perceptível aumento do acesso de crianças e jovens surdos à escola, teve como resultado efetivar ações que visam a qualificação docente que irá atender esse público usuário de uma língua visual, que estará em escolas bilíngues e/ou inclusivas.

Tendo isto em mente, foi-se formada uma comissão para a criação do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) de Letras Libras, contando com a consultoria voluntária da linguista Prof^a Dra Tanya Amara Felipe. O referido documento tem função orientadora e condutora para a organização do trabalho pedagógico, incluindo diretrizes fundamentais para sua execução.

Segundo Vasconcellos (2002), o Projeto Político Pedagógico pode ser entendido como a estruturação de um processo de arranjo participativo, cabível sempre de revisões. Este documento define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. Trata-se de um instrumento teórico-metodológico com o objetivo de intervenção e mudança da realidade.

É válido salientar que o PPC citado anteriormente teve significativa inspiração no PPC do curso Letras Libras do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo esta pioneira na formação docente de Libras.

A partir de agora passo a tratar sobre línguas.

2.2 Língua de Interação

Contraopondo-se aos estudos de Saussure sobre a Língua, Bakhtin discorda e critica o pensamento da língua enquanto um sistema de regras e estrutura rígida.

[...] Bakhtin se empenha em lançar as bases de uma nova lingüística, ou, como dirá mais tarde, “translingüística” (o termo em uso hoje seria antes “pragmática”), cujo objeto já não é mais o enunciado, mas a enunciação, ou seja, **a interação verbal**. (Bakhtin, 1997, p. 15) (Destaque do autor)

Portanto, para Bakhtin, a língua se faz constituída por meio do social. Ainda acrescenta que a interação verbal tem a enunciação como objeto de destaque, que partindo de atividades sociais, é permeada pela necessidade de comunicação.

A interação verbal envolve dois ou mais sujeitos num processo de produção de enunciados. Segundo Bakhtin (1997), a língua deve ser estudada como algo associado aos acontecimentos sociais.

2.3 Língua de Instrução

Conforme Carmo (2022) “a língua de instrução está relacionada ao ensino-aprendizagem dos alunos” (Carmo, 2022, p. 38). O termo surge para designar a língua usada para comunicação e interação dentro do espaço de sala de aula. Contudo, que língua é essa? Santos (2018), em sua pesquisa, realiza uma busca conceitual do termo em trabalhos internacionais. Em seus achados, ela

encontra que a definição de Língua de Instrução “é a língua utilizada como primeira língua na sala de aula (L1)”. (Santos, 2018, p. 118)

Na área da educação, é comum o uso do termo “língua de instrução” associado a um ambiente em que há duas ou mais línguas envolvidas ao cotidiano de uma certa comunidade, onde sua L1 não constitui língua majoritária. Santos (2018) encontra, ainda, o Referencial Nacional para as Escolas Indígenas, na tentativa de amparar as discussões com outras minorias linguísticas. No documento há a definição: “chama-se ‘língua de instrução’ a língua utilizada na sala de aula para introduzir conceitos, dar esclarecimentos e explicações” (Brasil, 1998, p. 119)

Complementando, Santos (2018) ainda infere que “[...] pela pouca produção encontrada, este conceito pode ser entendido como algo estabelecido e por este motivo, não há a necessidade de ficar sendo discutido, ou também, pode ser um conceito ainda pouco explorado na literatura brasileira”. (Santos, 2018, p. 118)

2.3.1 A Libras como língua de instrução

Trazendo para o contexto da Universidade, uma pergunta natural a se fazer é: Qual a língua de instrução adequada para ser usada durante as aulas do curso de Letras Libras? Tendo o PPC, que possui caráter orientador e condutor do trabalho, como base para elaborar a resposta, vemos que nada consta de forma direta e explícita no documento sobre o tema.

Segundo Quadros, Cerny, Pereira (2008), a Libras é a língua de instrução, em todos os níveis de ensino, a ser usada para comunicação e interação entre os pares, docentes e discentes. Carmo (2022) ainda pontua que:

A língua de instrução precisa ser oferecida aos alunos com o intuito de incentivar sua capacidade criativa, mediante diversificadas atividades de ensino, desenvolvendo nos alunos habilidades e competências com o uso pleno da visualidade. (Carmo, 2022, p. 40)

Tendo em mente o cenário em que há alunos surdos matriculados em turmas da graduação em Letras Libras, o mais lógico seria assumir, que o processo de ensino-aprendizagem ocorra por meio da língua de sinais, além de, estar indo de acordo com a legislação vigente no Brasil.

De acordo com Albres (2014), em sua pesquisa, é feito um resgate histórico acerca do movimento de formação formal e certificação institucionalizada dada aos

professores de Libras, sempre frisando a prioridade do sujeito surdo nesse processo. Ela registra que “nesses cursos, a Libras é usada correntemente no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, figura como língua de instrução”. (Albres, 2014, p. 53)

Contudo, deve-se levar em conta que, não somente surdos ingressam ao curso de Letras Libras, também há a porcentagem de ouvintes que adentram a graduação. Tendo em vista que, a universidade não possui papel excludente, como lidar com estes discentes ouvintes, em seus mais variados níveis de fluência, que podem não conseguir acompanhar uma aula completamente sinalizada? Em meio a esta situação, estratégias tomam forma para conseguir contemplar a maior quantidade de alunos possível, surdos e ouvintes.

2.4 Libras como Língua Natural

Por vezes a Libras foi tida erroneamente como linguagem, contudo com o surgimento das pesquisas sobre línguas de sinais, em 1960, e o avanço delas que corroboram com o tema, foi constatado seu status como língua e o uso do termo decaiu. Saussure, renomado linguista, expõe que a língua:

[...] não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. (Saussure, 2012, p. 41)

Por meios dos estudos de Saussure e os tendo como ponto de partida, Frydrych (2013) defende que as línguas de sinais possuem status de língua por manifestarem os princípios inerentes à linguagem e por comportarem em seus diferentes sistemas linguísticos, que permitem as diferentes expressões de fala e interlocução entre os falantes.

Percebe-se que língua e linguagem são diferentes. De acordo com Karnopp e Quadros (2004), a linguagem vem de encontro com as várias formas de se produzir conceitos, não somente com a língua em si, mas estende-se a um conjunto de outros sistemas de comunicação, notação ou cálculo, que não são sistemas naturais. A linguagem é um termo mais abrangente, enquanto a língua se foca nela mesma.

As línguas de sinais passaram, e ainda passam, por estudos e pesquisas, e Stokoe, tido como um dos pioneiros que se dedicou a investigar essa área, legitima as línguas de sinais como línguas naturais, assim como as línguas orais, mostrando sua complexidade evidenciado pelas suas regras gramaticais, léxico e sua capacidade de expressar conceitos abstratos e com produção ilimitada de sentenças.

[...] Uma língua natural é uma realização específica da faculdade de linguagem que se dicotomiza num sistema abstrato de regras finitas, as quais permitem a produção de um número ilimitado de frases. Além disso, a utilização efetiva desse sistema, com fim social, permite a comunicação entre os seus usuários. (Karnopp; Quadros, 2004, p. 30)

Logo, as línguas de sinais são línguas naturais, pois vão de encontro com a caracterização que Karnopp e Quadros apresentam, como umas das muitas evidências que comprovam isso. Brito (1997) ainda afirma que:

As línguas de sinais são línguas naturais porque, como as línguas orais, surgiram espontaneamente da interação entre pessoas e porque, devido à sua estrutura, permitem a expressão de qualquer conceito — descritivo, emotivo, racional, literal, metafórico, concreto, abstrato — enfim, permitem a expressão de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano. (Brito, 1997, p. 19)

Dalcin (2009), em sua pesquisa, menciona as contribuições de Behares e Peluso (1997) em relação aos estudos desenvolvidos sobre a língua e a surdez e apresenta a definição de língua natural, no contexto do sujeito surdo, afirmando que a língua natural dos surdos é a língua de sinais em virtude de que:

[...] ao fato de que na presença dela o acesso do surdo é imediato, seja porque sua estrutura visual-manual lhe facilita (enquanto que a língua oral só é acessível com apoio de um treinamento planejado), seja por que, o fato de ser a língua de sua comunidade de referência torna possível a interação espontânea (o que não é possível em uma língua oral). (Behares; Peluso, 1997, p. 40)

2.5 Língua de conforto

Em um país tão plural como o Brasil, é difícil acreditar que todos os indivíduos residentes aqui tenham a língua portuguesa como sua primeira língua, levando em conta a história do país, marcada por grandes movimentos de imigrações, além dos povos nativos que aqui já estavam, antes da chegada das caravanas portuguesas; então assumir que todos têm a mesma primeira língua seria

um equívoco. Em meio a este cenário plurilingual, faz sentido falar sobre conforto linguístico.

Entende-se, então, por conforto linguístico, a situação de uma pessoa que se comunica e interage com o mundo, por meio de uma língua que lhe é natural, língua esta que lhe dá condições de entender e interpretar o mundo de maneira completa e significativa, e de produzir sentido nos enunciados nesta língua. (Santiago; Andrade, 2013, p. 147)

O mesmo ocorre com a população surda. É evidente, que existem vários fatores que contribuem para a Libras ser ou não a primeira língua do surdo, principalmente fatores familiares, contudo, considerando que a língua de sinais é a língua natural do surdo, logo a Libras, como língua institucionalizada, tem característica como língua de conforto para o sujeito surdo brasileiro.

A discussão a respeito do conforto linguístico por meio da Libras adquire força a partir do reconhecimento da Libras como primeira língua da comunidade surda e, sobretudo, com alicerce na resistência desta comunidade à imposição de padrões e dos estereótipos criados em torno do sujeito surdo; e, por outro lado, a discussão da constituição de sujeitos surdos bilíngues (proficientes em Libras e em Português escrito) também favorece a alternância ou sobreposição de línguas, e o empoderamento dos surdos, social e politicamente, sobre o fazer de sua história. (Santiago; Andrade, 2013, p. 148)

O conforto linguístico não se dá somente na primeira língua, também pode acontecer em uma língua adicional do indivíduo, desde que não haja quaisquer impedimentos. De acordo com Santiago e Andrade (2013), para o surdo, a língua majoritária, sendo na modalidade oral-auditiva, é um grande impasse, pois terá mais desafios do que um sujeito ouvinte bilíngue. Acessar de forma confortável uma língua, significa estar conectado ao mundo, cultural e linguisticamente, por meio dela, ou seja, os surdos estão desconectados da produção de sentidos na língua majoritária, no caso, a língua portuguesa.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa segue a abordagem qualitativa. Segundo Gil, as pesquisas definidas como estudos de campo, estudos de caso, pesquisa-ação ou pesquisa participante são de natureza qualitativa. Gil comenta que:

E, ao contrário do que ocorre nas pesquisas experimentais e levantamentos em que os procedimentos analíticos podem ser definidos previamente, não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores. Assim, a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador. (Gil, 2008, p. 175)

Yin ainda realiza uma listagem de características, ao invés de traçar uma definição única, levando em conta toda a pluralidade que engloba a pesquisa qualitativa:

1. estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real;
2. representar as opiniões e perspectivas das pessoas (rotuladas neste livro como os participantes) de um estudo;
3. abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem;
4. contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; e
5. esforçar-se por usar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte. (Yin, 2016, p. 6)

Dentre os vários métodos de pesquisa existentes, esta pesquisa fará uso do estudo de caso. Paiva, acerca do tema, discorre que:

Estudo de caso é um tipo de pesquisa que investiga um caso particular constituído de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos em um contexto específico. É um estudo naturalístico, porque estuda um acontecimento em um ambiente natural e não criado exclusivamente para a pesquisa. (Paiva, 2019, p. 65)

Gil ainda complementa quando diz que “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”. (Gil, 2008, p. 58)

Além de ser uma pesquisa de campo, este trabalho é contemplado ainda como uma pesquisa documental, utilizando o projeto político pedagógico do Curso de Letras Libras. Segundo Gil, “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. (Gil, 2008, p. 51)

Paiva ainda esclarece que “a pesquisa documental é um tipo de pesquisa primária que estuda documentos em forma de textos, incluindo a transcrição de textos orais, imagem, som ou textos multimodais”. (Paiva, 2019, p. 14)

Depois de serem selecionados, os participantes foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para proteger seus direitos, conforme orientações de Celani:

Para isso é indispensável o consentimento informado, esclarecido, na forma de diálogo contínuo e reafirmação de consentimento ao longo da pesquisa. Esse diálogo possibilitará ao pesquisador certificar-se de que os participantes entenderam os objetivos da pesquisa, seu papel como participantes, ao mesmo tempo que deixa clara a esses a liberdade que têm de desistir de sua participação a qualquer momento. A preocupação do pesquisador deve ser sempre a de evitar danos e prejuízos a todos os participantes a todo custo, salvaguardando direitos, interesses e suscetibilidades. (Celani, 2019, p. 110)

Para obtenção dos dados, optou-se pela utilização de um questionário de perfil para a identificação dos participantes da pesquisa. Além de entrevistas filmadas seguindo um roteiro de perguntas abertas, sendo a Libras a língua de interação.

Gil define o questionário como:

A técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (Gil, 2008, p. 121)

Conforme Gil, “a entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. (Gil, 2008, p. 109).

Este trabalho levou em consideração a ética da pesquisa, submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o número CAAE de 69772323.4.0000.5020, após avaliação, foi aprovado.

O incentivo para a criação do curso surge por meio dos recursos concedidos para a Universidade pelo Plano Viver Sem Limites, do Governo Federal, atendendo ao decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que deixa instituído o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, seguindo os termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O PPC apresenta a explicativa:

A implantação do Curso representa um novo e importante passo na consolidação da atuação da UFAM na formação de professores bilingues, surdos e ouvintes, para atenderem às comunidades surdas, fortalecendo seu compromisso institucional com a realidade social[...]. (UFAM, 2014, p. 9)

O contexto da pesquisa é o curso de Licenciatura em Letras Libras, instalado nas dependências da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), foi inaugurado no ano de 2014, sendo suas aulas ministradas no período vespertino. O corpo docente é composto por 11 profissionais, numa mescla de ouvintes e surdos. O atual grupo de discentes é constituído por 6 turmas, incluso sujeitos surdos e ouvintes. Em recente levantamento de dados feito pelo curso, foi constatado que há 23 estudantes surdos e 102 estudantes ouvintes regularmente matriculados.

Os participantes selecionados para a participação desta pesquisa são seis docentes atuantes do curso de Letras Libras na UFAM campus Manaus.

Nesta pesquisa optou-se em identificar os participantes usando os nomes dos municípios que possuem instalado um campus da Universidade Federal do Amazonas, sendo eles: Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara, Manaus e Parintins.

De acordo com as informações coletadas, por meio dos questionários de perfil, elaborou-se o seguinte quadro:

Quadro 1 - Perfil dos participantes

	Fluência em Libras	Ser Bilíngue (Libras e Língua Portuguesa)	Tempo de atuação como professor na área de Libras	Graduação
Benjamin Constant	Sim	“Eu acho”	16 Anos	Pedagogia e Letras-Libras
Coari	Sim	Sim	15 Anos	Ciências Contábeis e Letras-Libras
Humaitá	Sim	Sim	16 Anos	Tecnólogo de processamento de dados e Letras-Libras
Itacoatiara	Sim	Sim	23 Anos	Biologia e Letras-Libras
Manaus	Sim	Sim	14 Anos	Letras-Língua e Literatura Portuguesa
Parintins	Sim	Sim	30 Anos	Geografia

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações obtidas.

Nota-se que todos os participantes se consideram fluentes em Língua Brasileira de Sinais. Com exceção de um participante, os demais se consideram bilíngues nas duas línguas, Libras e Português. Estes profissionais bilíngues partem de diferentes contextos educacionais e experiências da docência, por meio das respostas colhidas, quatro dos participantes indicam que possuem graduação no curso de Letras Libras, resultado das ações de formação de profissionais para o ensino de Libras.

Os critérios de inclusão dos participantes são, primeiro, os professores em exercício no curso de Letras Libras, segundo, os docentes efetivos da UFAM que atuam no curso de Letras Libras.

Os critérios de exclusão dos participantes são, primeiro, professores efetivos da UFAM que estão afastados por licença médica ou licença capacitação, segundo, os professores do curso que são monolíngues em Libras.

O procedimento de análise de dados que permeia esta pesquisa é a da análise de conteúdo, que por meio dos excertos das falas obtidas estabeleceu-se as categorias de análise, por conseguinte, agrupando as categorias semelhantes, no intuito de redução de seu número. Segundo Bardin, “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. (BARDIN, 2016, p. 15)

Segundo Dörnyei (2011, p. 75), recomenda-se a realização de um estudo piloto no intuito de guiar os procedimentos e instrumentos de pesquisa, precedendo a investigação de fato. Ele ainda justifica que a pilotagem dos instrumentos oferece aumento de qualidade no que se refere a confiabilidade e validade dos resultados obtidos. Seguindo as orientações de Dörnyei (2011), o procedimento de pilotagem foi feito da seguinte forma: primeiramente, entrei em contato com uma docente de outro curso de Letras Libras, da Universidade Federal de Roraima, e após seu aceite, enviei as perguntas preparadas, via WhatsApp. No dia seguinte, com o retorno das respostas, tive a oportunidade de analisar as informações geradas das respostas recebidas, reformulei algumas perguntas e retirei outras para melhor levantamento de dados que se alinhassem aos objetivos desta pesquisa.

Com a preocupação de espaço e tempo, optou-se por somente utilizar seis questões das dez perguntas, das entrevistas, para a análise dos dados. Sendo

assim, as informações e dados das perguntas não contempladas pela análise deste trabalho, ficaram arquivadas para pesquisas futuras.

4 ANÁLISE DO DADOS

4.1 Análise de dados documental: PPC Letras Libras

Os esforços para a estruturação e implementação do curso de Letras Libras se dá por conta da legislação vigente no país. É necessário termos que discorrer sobre este tópico, pois o curso vem a ser efetivado devido a políticas públicas inerentes à educação de surdos.

O decreto 5.626/2005 (Brasil, 2005), amplamente difundido pelos indivíduos participantes da comunidade surda, regulamenta a Lei 10.436/2002 (Brasil, 2002). Ele surge para garantir às pessoas surdas o direito à comunicação, informação e educação. Nele consta uma seção dedicada sobre a formação do professor de Libras:

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. **As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação** previstos no caput. (Brasil, 2005) (Destaque do autor)

Com a evidente priorização, vista em lei, ao público surdo previsto no decreto e, levando em conta que, a Libras é entendida como a sua língua natural, ela se configura como língua usada no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, como língua de instrução.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, **oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.** (Brasil, 2002) (Destaque do autor)

Em alguns trechos do PPC, é possível se fazer algumas inferências acerca do assunto.

De acordo com o documento, quando trata da flexibilidade curricular referente às disciplinas optativas afirma que possibilita “[...] adequação às necessidades e acessibilidade do aluno surdo mediante oferecimento da mediação linguística do profissional intérprete” (UFAM, 2014, p. 23). Como não há menção da oferta de intérpretes nas disciplinas obrigatórias, pode-se deduzir que as aulas sejam ministradas em Libras, para atender as especificidades do discente surdo que usa a Libras como sua primeira língua.

Outro trecho que reforça essa ideia é quando aborda sobre o perfil do profissional a ser formado: “[...] uso da língua enquanto primeira ou segunda língua, nas modalidades oral, sinalizada e escrita, em termos de recepção e produção de textos de diferentes gêneros” (UFAM, 2014, p. 31). Se esta é uma das capacidades que caracterizam o profissional egresso do curso de Letras Libras, cabe o questionamento: o que levaria a utilização de outra língua na mediação do ensino-aprendizagem, que não a língua foco de estudo? A pertinência da questão pode ser percebida uma vez que o ambiente acadêmico do curso não é reservado para a aprendizagem da língua, e sim, para formação de futuros profissionais que trabalharão com o ensino da Libras.

Todavia, o que caracteriza a Libras como a língua escolhida para instrução? Nos objetivos específicos do curso de Letras Libras é apresentado que “este curso de formação de professores de Libras, busca, especificamente, capacitar prioritariamente professores surdos, mas também professores ouvintes [...]”. (UFAM, 2014, p. 38) Por conta da prioridade de atender o público discente surdo que ingressa nesse curso de graduação, infere-se que a língua usada dentro de sala de aula seja a Libras.

Como mencionado anteriormente, o PPC do curso é construído com base no PPC do curso de Letras Libras da UFSC, abertamente conhecida como pioneira na área, e um dos membros responsáveis pela criação do PPC da UFSC discorre que:

Os surdos aprendem por meio da sua língua. Há vários relatos de surdos que expressam o quanto o mundo passou a ter significado a partir do momento em que puderam se expressar e ter escutas em sinais. Diante das perspectivas linguísticas e educacionais, a língua de instrução do Curso de Letras Libras é a Língua Brasileira de Sinais. (Quadros; Cerny; Pereira, 2008, p. 36)

Isto resulta na implicação que, sim, a Libras deve ser a língua majoritariamente usada durante as aulas do curso de Letras Libras, mas isso não

anula o uso da língua portuguesa na sua modalidade escrita, observando-se que sua modalidade oral não é cabível num contexto onde há estudantes surdos presentes, não oralizados.

A utilização da língua portuguesa na modalidade escrita está prevista no PPC, uma vez que:

Assim, o curso Letras Libras da universidade federal do Amazonas **formará professores bilíngues (Libras/Língua portuguesa escrita)** aptos para atuarem como professores da Língua Brasileira de Sinais nos diferentes níveis de ensino, na docência da sua área de competência. (UFAM, 2014, p. 31) (Destaque do autor)

Logo, em uma turma com sujeitos surdos, usuários de língua de sinais, é preferível o uso de sua língua natural para instrução e interação, não abstando a língua oral majoritária na sua modalidade escrita. É preciso levar em conta que a comunidade surda é plural e heterogênea, portanto nem todo surdo usa a Libras como meio de comunicação, há aqueles que optam por oralizar na língua majoritária de seu país, ou até aqueles, que por situações da vida, são coibidos de ter acesso e aprender a língua de sinais.

Porém, no cenário em que não há surdos matriculados na turma, qual o procedimento? Deve-se manter a Libras como língua de instrução? Ou se recorre à língua portuguesa em sua modalidade oral? Ou a ambas? Para se chegar a uma resposta, antes precisa-se ter conhecimento sobre qual a situação de ingresso destes discentes ouvintes ao curso de Letras Libras - UFAM. De acordo com o PPC:

Dada a premência do tempo, o Curso Letras Libras, para a seleção da primeira turma, utilizou o processo seletivo do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio - 2014), o qual, infelizmente a despeito de ser um processo seletivo nacional, **ainda não é bilíngue**, no entanto, assim que possível, deverá utilizar e criar as possibilidades para considerar a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma das línguas utilizadas no processo de seleção de estudantes, visando alcançar candidatos surdos usuários da Libras e candidatos ouvintes com nível intermediário em Libras. (UFAM, 2014, p. 10) (Destaque do autor)

Percebe-se que, para as primeiras turmas, não havia uma maneira de antever quem eram estes discentes ouvintes e quantos deles tinham a Libras como língua adicional, em seus variados níveis. Para os estudantes destas turmas, a Libras, além de, língua de instrução, também era a língua que tinham urgência para aprender.

O atual estado do curso de Letras Libras é diferente do cenário mostrado anteriormente. No ano de 2017, com a resolução N° 019/2017 do CONSEPE/UFAM

houve alteração da forma de ingresso para os alunos do Letras Libras. A partir de então os candidatos se submeteram a uma prova com 30 questões divididas da seguinte forma: 25 em Libras e 5 em português escrito, conforme o artigo 8º “As provas do PSELib serão compostas de questões objetivas formuladas em LIBRAS e de questões objetivas formuladas em Língua Portuguesa”. (UFAM, p. 4, 2017) O que mostra a preocupação do curso em atender as orientações do PPC.

Dos objetivos apresentados por esta resolução, destaca-se no artigo 1º:

- I - selecionar candidatos fluentes em LIBRAS, concluintes ou que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente, para o curso de Licenciatura em Letras-Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na modalidade; e,
- II - avaliar os candidatos quanto à aptidão e habilidades específicas em Libras. (UFAM, 2017, p. 3)

Diante deste cenário, o esperado é que os alunos sejam capazes de acompanhar as aulas em Libras.

4.2 Análise dos dados das entrevistas:

Conhecimento do PPC	Orientações do PPC quanto ao uso das línguas em sala de aula
---------------------	--

Quando perguntados se já haviam lido o PPC do curso de Letras Libras, os participantes, em unanimidade, responderam afirmativamente. O teor das respostas permanece o mesmo quando perguntados sobre a importância dessa leitura, todos falam que o PPC é necessário para a vida do curso, pois nele está contido as normas e diretrizes linguísticas e pedagógicas que norteiam o curso, para a segurança dos alunos e auxílio dos professores.

De acordo com Vasconcellos (2002), o projeto pedagógico tem caráter instrumental, unindo a teoria e metodologia, com o propósito de auxiliar a encarar as adversidades e problemas da rotina da instituição de uma forma mais consciente, reflexiva, organizada, e principalmente, participativa.

Necessidade de revisão do PPC
Precisa de revisão? Precisa. Mas na época que ele foi construído, era o que foi possível (Parintins, pergunta 1)

Observa-se ainda que alguns dos participantes apontam que o documento norteador contém falhas que precisam ser ajustadas e modificadas, pois não contempla em totalidade a realidade atual do curso. Foi dito que esforços e medidas estão sendo feitas almejando a correção e complementação do PPC.

PPC como documento de poder
O PPC é um documento que tem poder. (Coari, pergunta 1)

Nas respostas obtidas, ainda é falado do caráter de poder que o PPC possui, pois como documento de função orientadora e condutora, nele está contido o que é possível ou não de se realizar no espaço do curso. A participante Coari relata que as solicitações e ações feitas por docentes, discentes e técnicos, não podem estar desalinhadas ao que o documento diz.

Após a afirmativa, por parte dos participantes, de que todos já haviam lido o PPC, foi perguntado sobre o uso da língua portuguesa na modalidade oral, se o uso desta modalidade da língua é aprovada pelo PPC. As respostas negativas obtidas foram que, a maioria, não se lembra de tal informação constar no documento, ou se constar, ter lhe passado despercebido durante a leitura. Observou-se que durante as respostas, se reafirmou o uso majoritário da Libras como língua de interação usada nas aulas do curso, sendo esta, sim, que consta no PPC.

Alguns ainda falaram sobre o Letras Libras ser um curso que prepara futuros profissionais bilíngues, portanto o uso do português na modalidade escrita está presente nas normativas do PPC, está de acordo com a legislação vigente, que a Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Consta-se que, durante as respostas obtidas, diversas razões acerca dos motivos e intenções foram apresentadas do porque levava o participante a fazer a leitura do documento.

Quadro 2 - Língua de instrução usada em sala de aula

Língua usada na sala de aula	
Libras	Comunicação Total
	Intercalação de Língua Portuguesa e Libras
	Bimodalismo

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações obtidas.

Quando perguntado aos participantes sobre a língua de uso em sala de aula, em unanimidade, se obteve como resposta a Libras como língua usada para instrução. Contudo, não somente a Libras. Os participantes complementam suas respostas indicando o uso da Libras com mais algum artifício, estando diretamente relacionado à língua portuguesa.

O perfil do aluno e língua na sala de aula

Nas respostas coletadas, saltou aos olhos as muitas vezes em que os docentes participantes apontavam as estratégias utilizadas para se fazer entendido, se levava em consideração o nível de compreensão que o aluno ou a turma se encontrava. O perfil do aluno ou turma, quanto a isso, é fator fundamental, de julgamento, sobre o quanto de Libras e Língua Portuguesa se usa em sala de aula.

Estratégia para o ensino

Vai depender do histórico dele, se ele já veio com conhecimento ou se ele não tem um conhecimento, né?! Se é zero, se ele chegou sem conhecimento nenhum, aquele que já é, já foi intérprete, aquele que já tem um familiar, então cada caso é um caso. (Itacoatiara, pergunta 4)

O como conduzir a aula está relacionado ao nível de competência linguística em que o aluno se encontra. O participante explica que suas práticas levam muito em conta o perfil de seus alunos, as estratégias e materiais utilizados vão ao encontro a amenizar as dificuldades de compreensão.

A língua de instrução é afetada. Como o objetivo do docente é se fazer entendido e seu conteúdo compreensível, há uma dosagem do quanto das línguas se usa em sala.

No decorrer das falas, é nítido que as duas línguas permeiam o cerne do curso, em suas modalidades orais e/ou escritas.

As percepções de uso da língua portuguesa é diferente no decorrer dos períodos do curso. De início a dosagem do uso de língua portuguesa é maior, comparando com os períodos finais, em que o discente já internalizou a língua, a cultura, nesse caso, a Libras ganha destaque, o que segundo Albres (2014), quando a Libras é usada nesse processo de ensino-aprendizagem, figura-se como língua de instrução.

Presença de intérpretes x Uso da Libras

A presença do intérprete de Libras/Língua Portuguesa em sala de aula, em algum momento das entrevistas, foi citado pelos 6 participantes, em perguntas diferentes.

Apoio do profissional intérprete

Ah, mas tem o intérprete, isso deve acontecer se o professor não for fluente, no meu ponto de vista. (Parintins, pergunta 3)

Percebe-se um acordo, entre os participantes, de se ter o intérprete em sala de aula, para acessibilidade do aluno, e também do docente, caso este não saiba Libras. Contudo, houve quem manifestasse sua preferência em não ter que se fazer uso do profissional em suas aulas, por razões pessoais, ou ainda quem apontasse não fazer sentido de ter o intérprete nas aulas, sendo que os discentes para estarem alí, passaram por um vestibular específico, que tem como objetivo selecionar candidatos fluentes em Libras, ou seja, candidatos com aptidão e habilidade de acompanhar uma aula sinalizada, o que vai ao encontro da afirmação de Quadros (2008), que diz que a Libras deve-se configurar língua de instrução nos espaços dos cursos de Letras Libras, respeitando a presença do surdo e sua prioridade, vista na legislação.

Estratégias linguísticas presentes nas aulas

Quando perguntados sobre o uso de estratégias linguísticas para o processo de ensino-aprendizagem, obteve-se respostas mistas. Houve quem negasse, e quem afirmasse o uso dessas estratégias em suas aulas, e também, do grupo de afirmações, houve quem não explicitou qual a estratégia utilizada.

Das estratégias coletadas das respostas à questão 4, tem-se:

Quadro 3 - Estratégias coletadas das falas dos participantes

1 ^a	Gravação de áudios e reprodução dos mesmos em sala de aula, acompanhando o texto com a sinalização da Libras.
2 ^a	Uso de materiais que contemplem os mais variados níveis de compreensão percebidos nos alunos.
3 ^a	Uso da língua portuguesa, em concomitância ou não, com a Libras.
4 ^a	Uso da dimensão cultural que envolve as línguas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações obtidas.

Das três primeiras estratégias faladas, nota-se uma atenção maior com os alunos que não têm nível de compreensão da Libras o suficiente para acompanhar as aulas, por isso a necessidade de ter que recorrer a meios em que a língua portuguesa consegue suprir as dificuldades dos discentes, pois por se tratar de sua primeira língua, logo lhe é mais natural, o que corrobora como sua língua de conforto, como já afirmado por Santiago e Andrade (2013) .

Da quarta, e última, estratégia apontada, destaca-se o uso de expressões idiomáticas e situações intrínsecas às línguas que são usadas para promover o biculturalismo dentro da sala de aula. Recurso este, vindo de um docente que ressaltou sua identidade bilíngue e bicultural, e que por conta disso, em suas práticas docentes, estimula o desenvolvimento cultural em ambas as línguas dos discentes.

Nas respostas à 6ª questão, que trata dos ganhos para os estudantes quando se usa a língua portuguesa oral pelos professores para se conseguir fazer entendido, três excertos chamam a atenção.

Salientando que não foram usadas todas as respostas, pela preocupação de espaço e tempo, optou-se por somente utilizar três comentários. Assim como outras questões, ficaram arquivadas para pesquisas futuras.

1ª	[...] principalmente adultos que têm mais dificuldades com a Libras [...] (Benjamin Constant)
2ª	[...] às vezes, o surdo tem dificuldades de entendimento, então preciso simplificar a minha sinalização [...] (Humaitá)
3ª	Pode ser que a curto prazo ela traga algum benefício para satisfazer uma curiosidade, para uma compreensão momentânea de alguma palavra [...] (Manaus)

Na primeira fala observa-se que pelas experiências de atuação na docência do participante, aponta que discentes ouvintes com mais idade têm mais dificuldades nos níveis de produção e compreensão da Libras, pois tiveram contato com a língua já em idade avançada, o que é diferente de discentes ouvintes jovens, que conseguem usar a Libras de forma mais espontânea.

Conforme o participante Humaitá, tem-se que, ao contrário das expectativas, existem discentes surdos com dificuldades em compreender explicações em Libras, em sua totalidade, mesmo sendo sua primeira língua. A compreensão de conceitos inerentes aos conteúdos abordados é dificultoso, pois mesmo sendo a mesma língua, os estudantes surdos não têm conhecimento dessa variação, que é a Libras utilizada no âmbito acadêmico. Logo, o professor, vê a necessidade de intervir, simplificando sua sinalização, trazendo os assuntos ao nível linguístico do aluno, para poder se fazer compreendido.

Segundo a participante Manaus nota-se que o uso da língua portuguesa como recurso em sala de aula é benéfico aos estudantes, todavia, é um ganho momentâneo, para resolver uma dúvida rapidamente. De acordo com as contribuições de Santiago e Andrade (2013), isso acontece devido ao conforto que os estudantes ouvintes sentem. Logo, sua aprendizagem acontece mais

rapidamente por meio da oralidade da língua portuguesa, tendo em vista este senso de conforto que condiciona o estudante a permanecer acomodado, a longo prazo, acarreta em um déficit em sua língua adicional, a Libras, o que não é desejável no âmbito de formação de professores de língua adicional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de percorrer esse caminho, esta pesquisa vem a contribuir em duas frentes: a parte documental do curso de Letras Libras e a parte de prática pedagógica dos docentes.

O PPC é considerado como base fundamental constituinte dos cursos de graduação, logo, é de extrema relevância se pensar e refletir sobre ele e suas diretrizes e orientações. Como tal documento não deve ser engessado, revisões são necessárias, levando em consideração os perfis dos alunos ingressantes e dos egressos.

Esta pesquisa tem seu cerne no desenrolar das aulas do curso de Letras Libras, portanto, é pertinente ter que se pensar sobre as práticas pedagógicas aplicadas pelo corpo docente, visto que, estas práticas, devem ter suporte no PPC do curso.

As contribuições para este estudo foram recebidas pelos professores bilíngues, que em período atual, estão em exercício no curso. Por conta do tempo, não se fez uma investigação semelhante com o corpo discente do curso, o que traria um novo olhar acerca do tema, isto fica como proposta de pesquisas futuras a serem realizadas.

Este trabalho partiu da premissa de refletir sobre a língua de instrução que se deve utilizar durante as aulas do curso de Letras Libras, pois, pelas observações do autor, por se tratar de um curso de línguas, acreditava-se que a língua de estudo, no caso a Libras, deveria ser destaque, não disputando com a língua portuguesa na sua modalidade oral, pois é certo que sua modalidade escrita deve permear o curso.

Contudo, conforme a pesquisa foi se desenvolvendo, a minha percepção foi transformada. No desfecho deste trabalho, acredito, levando em conta os dados e informações processadas, que o uso da língua portuguesa em sua modalidade oral é dependente de vários fatores, tais como o perfil dos alunos, o nível de

compreensão deles com a Libras. Portanto, a visão é de não condenação pelo uso, e sim de alerta do quanto se usa, pela razão de se tratar de um curso formador de professores de Libras, propõe-se privilegiar a Libras como língua de instrução e interação, oportunizando o contato desta pelos discentes.

Sugiro que se faça novas pesquisas, dando espaço para as contribuições do corpo discente do curso de Letras Libras, não contemplados no presente trabalho. Recomendo ainda a revisão do Projeto Político Pedagógico do Curso, fazendo acréscimo e alterações em seu texto, no anseio de atender as especificidades do curso, aconselhando o uso da Libras como língua preferível para instrução e interação. Proponho, ainda, fomentar ações para discussões coletivas sobre a temática de forma reflexiva, como também, sugiro abordar o tema nas disciplinas cabíveis, tais como: IHL018 - Bilinguismo: Políticas para a Educação Bilíngue, IHL021 - Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas, as disciplinas de Metodologia de Ensino da Libras, ou outras que o curso proponha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **Relações dialógicas entre professores surdos sobre o ensino de Libras**. Tese - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BEHARES, Luis Ernesto; PELUSO, Leonardo. **A língua materna dos surdos**. Revista Espaço, Rio de Janeiro: INES, n. 6, p. 40-48, mar. 1997.

BRASIL. **Referencial Nacional para as Escolas Indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, **Lei 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 30 de março de 2023.

BRASIL, **Decreto 5.626**, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 30 de março de 2023.

BRASIL, **Decreto 7.612**, de 17 de Novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm. Acesso em: 5 de abril de 2023.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Língua Brasileira de Sinais: Volume III**. Brasília: SEESP, 1997.

CARMO, Gabriel Lélis Cordeiro do. **O uso da ferramenta H5P no ensino superior como uma metodologia interativa nas aulas de Libras**. Dissertação - Instituto Nacional de Educação de Surdos. Rio de Janeiro, 2022.

CELANI, Maria Antonieta Alba. **Questões de ética na pesquisa em Linguística Aplicada**. Revista Linguagem & Ensino, v. 8, n. 1, p. 101–122, 2019.

DALCIN, Gladis. **Psicologia da Educação dos surdos**. Florianópolis, 2009.

DÖRNYEI, Zoltán. **Research methods in Applied Linguistics**. 5. ed. Oxford: OUP, 2011.

FRYDRYCH, Laura Amaral Kummel. **O estatuto linguístico das línguas de sinais: A Libras sob a ótica saussuriana**. Dissertação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. 1ª edição. São Paulo: Parábola, 2019.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: Estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice; CERNY, Roseli; PEREIRA, Alice. **Inclusão de surdos no ensino superior por meio do uso da tecnologia**. In: QUADROS, Ronice Muller de. (org.) Estudos surdos III Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

QUADROS, Ronice; STUMPF, Marianne. **O primeiro curso de graduação em letras língua brasileira de sinais: educação a distância**. ETD - Educação Temática Digital, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 169–185, 2009.

QUADROS, Ronice; STUMPF, Marianne. **Letras Libras EaD**. In: QUADROS, Ronice Muller de. (org.) Letras LIBRAS: ontem, hoje e amanhã. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2014.

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres; ANDRADE, Cristiane Esteves de. **Surdez e sociedade: questões sobre conforto linguístico e participação social**. In: ALBRES, Neiva de Aquino; NEVES, Sylvia Lia Grespan (org.) Libras em estudo: Política linguística. São Paulo, SP: FENEIS, 2013.

SANTOS, Angélica Niero Mendes dos. **A língua brasileira de sinais na educação de surdos: língua de instrução e disciplina curricular**. Dissertação - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.

UFAM. **Projeto pedagógico do curso de Letras Libras**. Manaus, 2014.

UFAM. **Resolução nº 019/2017**. Aprova as normas do Processo Seletivo Especial para ingresso no curso de Letras Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), licenciatura, da UFAM. Manaus, 2017.

VASCONCELLOS, Celso. **Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo, SP: Libertad, 2002.

YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim**. 1ª edição. São Paulo: Penso, 2016.